



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 569991 - MG (2020/0077879-1)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : REGINA GENI DE AMORIM E JUNCAL E OUTRO
ADVOGADOS : REGINA GENI AMORIM E JUNCAL - MG167470
JULIA SILVA VIDAL - MG190308
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ISABELLA CRISTINA ALMEIDA E SILVA (PRESO)
OUTRO NOME : MARCOS WILLIAN ALMEIDA E SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **ISABELLA CRISTINA ALMEIDA E SILVA** (registro civil **MARCOS WILLIAN ALMEIDA E SILVA**), apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Em síntese, a defesa alega que a paciente faz jus à prisão domiciliar, com amparo no que preveem a Recomendação n. 62 do CNJ, de 17/03/2020, e a Portaria Conjunta n. 19/PR-TJMG/2020, em razão da superlotação carcerária e do risco à sua saúde, decorrente da pandemia do COVID-19. Relata que, por ser dependente química, a paciente se encontra inserida no grupo de risco, em decorrência de seu tratamento de toxicomania. Relata, ainda, que "a Paciente possui endereço fixo e tem criado vínculos institucionais importantes, como com o Projeto Transpasse, o Transvest, o Hospital Eduardo de Menezes e o Programa BH de Mãos Dadas" (e-STJ, fl. 12).

Aduz que a existência de dois procedimentos administrativos disciplinares em trâmite, para a apuração de supostas faltas graves, não seria óbice à concessão da prisão domiciliar, portanto o Juízo da Execução não teria considerado o disposto na Recomendação n. 62 do CNJ. A esse respeito, ressalta que "a Recomendação do Conselho Nacional de Justiça não considera o fato do preso responder a Processo Administrativo Disciplinar como um obstáculo para a concessão da prisão domiciliar" (e-STJ, fl. 9, grifos no original).

Requer, por fim, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que seja deferida a prisão domiciliar.

Às fls. 70-78 (e-STJ), a impetrante junta aos autos a decisão que indeferiu a liminar no *habeas corpus* impetrado na origem.

É o relatório.

Decido.

Apesar de a defesa tentar afastar a incidência da Súmula 691/STF, não se verifica fundamento para a excepcionalidade. Como se nota da decisão de fl. 64 (e-STJ), o Juízo da Execução determinou a regressão cautelar da paciente, em razão de suposta falta grave cometida aos 29/01/2020, consignando, ainda, que "estando pendente análise de faltas graves, deixo de conceder, por ora, alvará em razão da Portaria 19/2020, do TJMG" (e-STJ, fl. 64).

Como cediço, esta Corte possui entendimento pacificado no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere pedido liminar, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão impugnada (Súmula 691/STF).

Sobre o tema, os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PLEITO DE APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS ESCRITOS E NO PRAZO RAZOÁVEL. ALEGADA

COMPLEXIDADE DO FEITO. TEMA A SER EXAMINADO PELO JUÍZO PROCESSANTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. **O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio *mandamus*, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.**

2. Na espécie, o Juízo de 1º grau, explicitamente, afastou a necessidade de apresentação das alegações finais por escrito, ao afirmar que não se tratava de feito complexo, bem como o número de acusados fora reduzido com o desmembramento da ação penal. Assim, modificar tal entendimento demandaria incursão no acervo probatório dos autos, inviável na sede eleita. Impossibilidade de superação do enunciado sumular 691/STF.

3. Por outro lado, nada impede que o Juízo Processante, ao final da instrução e pela proximidade com os fatos, possa reavaliar o pleito defensivo de apresentação de alegações finais por escrito, momento em que examinará a verdadeira complexidade do feito, lembrando-se que o cumprimento do princípio constitucional da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, da CF) não pode sobrepor às garantias constitucionais do cidadão no processo penal, em especial o respeito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LV, da CF).

4. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 495.211/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 29/03/2019, grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. **Não se admite *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância. Súmula n. 691/STF.**

2. No caso, não se constata ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n. 691 da Suprema Corte, tendo em vista que foi demonstrada a necessidade de manutenção da segregação cautelar, em virtude da "participação ativa do paciente na quadrilha voltada ao tráfico de entorpecentes, com a qual foi apreendida mais de 01 (uma) tonelada de cocaína, figurando o paciente na ORCRIM como piloto da aeronave".

3. Conforme orientação desta Corte, a quantidade e a natureza da droga apreendida, bem como a necessidade de se interromper as atividades de organização criminosa, são circunstâncias aptas a justificar a segregação provisória.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 496.205/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 01/04/2019, grifou-se).

O mesmo entendimento deve ser aplicado ao caso em apreço. Confira-se o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal:

"... a decisão questionada é monocrática, de natureza precária e desprovida de conteúdo definitivo... A jurisdição ali pedida está pendente e o órgão judicial atua para prestá-la na forma da lei. Embora não tenha havido o indeferimento da medida liminar ..., aplica-se à espécie a Súmula n. 691 deste Supremo Tribunal, considerada a não definitividade da decisão objeto da presente impetração." (HC 175174, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, julgado em 13/09/2019, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-202 DIVULG 17/09/2019 PUBLIC 18/09/2019, grifou-se)

Ainda, no caso dos autos, não se verifica a ocorrência de flagrante ilegalidade na

decisão impugnada, de modo a justificar o processamento da presente ordem.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília, 01 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator